

IDENTIDADE E MÚLTIPLO PERTENCIMENTO NAS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS LOCAIS

*Joanildo A. Burity**

Surge uma preocupação com a importância de uma cultura cívica para aferição da qualidade da democracia. Tem-se falado muito ultimamente das virtudes da participação em termos de geração e acúmulo de capital social fundamental para conter os efeitos da individualização, da fragmentação e do isolamento do estado em relação à sociedade. Ganhos em capital social se tornam um indicador de modernização ou de complexidade da estrutura social (cf. Putnam, 1993; 1995; Greeley, 1997a; 1997b; Coleman, 1990). Um elemento complementar importante nesta discussão política foi, ao longo dos anos 1990, o crescente interesse dos cientistas políticos pelo tema da cultura política/cultura cívica (cf. Moisés, 1995; Avritzer, 1995; Krischke, 1995; Diamond, 1999; Huntington, 1994; Laitin, 1995; Burity, 1998; 1999b). Com isto se pretendia argumentar contra a excessiva ênfase no aspecto procedimental e, portanto, no automatismo das instituições políticas, para assegurar boa governança democrática. Sem um certo grau de “internalização” de valores democráticos fica difícil, nesta leitura, confiar às instituições a garantia de um funcionamento da democracia que afaste o perigo do burocratismo, do “despotismo esclarecido” (tecnocratismo) e da corrupção política. Em que condições, entretanto, tais expectativas brotaram e até que ponto podem ser atendidas? Mais importante, se o contexto das novas

* Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco

democracias é o de seculares práticas de autoritarismo, tradição associativa marcada pela repressão ou pelo clientelismo, e instituições políticas impotentes para assegurar sua jurisdição no espaço social (o que implica que não apenas o estado não “chega” em vários espaços físicos e sociais, como não consegue – ou mesmo não quer – assegurar o universalismo de regras e procedimentos para todos os seus membros), qual será a *agência* desta geração de capital social e de mudança na cultura política? Como caracterizar tal agência sociologicamente?

Do ponto de vista mais estrutural poder-se-ia dizer que o contexto no qual emerge hoje a percepção ou a demanda por uma cultura cívica já é marcado por uma situação de pluralismo social, cultural e político, mas também pela experiência de crise do estado¹ e toda a redefinição dos padrões de relação entre estado e sociedade que o discurso liberal hegemônico sobre ela tem gerado. Também há um retorno ao local, uma tentativa de repensar o padrão das políticas públicas, muito a partir de experiências localizadas, fragmentadas em alguns casos. A ênfase sobre o aspecto local é muito forte.

Ambos os processos são amplamente favorecidos por e, ao mesmo tempo, indutores de toda uma mutação cultural em curso na sociedade, que diz respeito à prevalência de valores liberais, do ponto de vista da cultura política, da inserção das pessoas no mercado, e das próprias relações interpessoais no cotidiano. Aqui prevalece um imaginário de competição, concorrência, vantagem, principalmente a do mais forte, pensado agora como mais competente, mais eficiente, etc. Num certo sentido, tal prevalência depõe contra a emergência da cultura cívica, ou pelo menos cria uma série de problemas, porque a idéia de cultura cívica está classicamente associada a modalidades de colaboração, de solidariedade, de responsabilidade pela coisa pública, de obrigação social. No novo contexto em que se tenta desenvolver uma cultura cívica democrática prevalece, hoje, uma outra experiência de cultura, que não é diretamente favorável a essa vivência.

Finalmente, outro condicionamento importante para a emergência de uma nova cultura cívica é a prevalência gritante de desigualdades sociais – num quadro de que o Brasil é um dos líderes mundiais, mas de forma

¹ Santos (1998) ressalta que não se trata do estado *tout court*, mas de uma determinada forma de estado, alvo do questionamento pró-mercado.

alguma isolado –, que não se expressam apenas do ponto de vista da distribuição de recursos materiais, mas também na prevalência de padrões hierárquicos de relação, os quais definem quem é mais ou menos cidadão, quem precisa de se justificar para ocupar a esfera pública ou quem tem acesso “natural” a ela. Não é de admirar, então, que a correlação entre ser afro-brasileiro, mulher, pouco ou não-alfabetizado e ser mais pobre ou excluído, é sólida na sociedade brasileira. As desigualdades de renda se somam ao racismo, ao machismo, ao preconceito contra os “sem-educação”, dentre outros atributos.

É contra este pano de fundo que surge, com cada vez maior insistência, a preocupação com a criação e construção de redes: redes de solidariedade, de assessoria, de informação, de comunicação, de militância, de articulação política; redes no âmbito da sociedade civil, mas também do estado². Para isto contribuíram significativamente os efeitos desagregadores produzidos no campo da militância social, desde o início dos anos 1990. Com o governo Collor iniciou-se um processo brutal de desmobilização, desarticulação, desorientação, do campo da sociedade civil organizada do país, principalmente de setores populares. As redes vêm em grande medida em resposta a isso. São uma tentativa de recomposição de um sujeito político de novo tipo e uma de suas expressões.

Outro vetor da multiplicação das redes são as próprias mudanças nos padrões de relação entre sociedade e estado, que têm a ver com o encolhimento do estado sob a lógica neoliberal e com a disseminação de discursos descentralizadores, participacionistas e antitotalitários, mas muito heterogêneos entre si. Apesar da ambigüidade de que se revestem as experiências “oficiais” (governamentais) desta relação, principalmente no campo das políticas sociais, mas em geral através da ênfase nas parcerias em diversas áreas, cresce a demanda por novas políticas públicas, apelando à necessidade de que a sociedade assuma responsabilidade ou coresponsabilidade pela sua formulação e execução³.

O contexto recente tem introduzido a incerteza, a provisoriade e a precariedade das conquistas no centro da vida social. A pluralização de alternativas e agências da ação coletiva contribui adicionalmente para tornar o quadro mais complicado – seja pela via da superposição de

² Há mesmo quem fale num estado-rede e numa sociedade-rede (cf. Castells, 1996; 1998).

³ Dentro e fora do espaço acadêmico, este é um tema recorrente. Cf. Instituto de Política, 199x; XXXX. Há uma rede virtual de organizações do terceiro setor (ONGs), onde esta discussão está permanentemente posta na ordem do dia (cf. Rits).

iniciativas voltadas para um mesmo objetivo, em concorrência umas com as outras; seja pela via da dispersão ideológica, temática e de formas de atuação; seja pela multiplicidade de inserções dos indivíduos em distintas organizações ou campos de ação. Emerge uma preocupação com a *identidade*, tanto dos grupos quanto dos indivíduos inseridos neste contexto. *Rever* a identidade, *questionar* a identidade, *reafirmar* a identidade tornam-se exigências correntes, imputadas aos grupos ou desencadeadas internamente a eles. Pertencer a uma organização, grupo, movimento, torna-se uma *exigência* e um *problema*, quando os referenciais se turvam, as fronteiras se tornam incertas e a ameaça de desagregação ou perda de identidade se amplia.

Mais do que uma questão afeita ao indivíduo, trata-se de algo que atinge os atores coletivos e as organizações. Também eles se vêem às voltas com o questionamento de suas formas de estar-junto e de agir na esfera pública, também eles se envolvem em práticas articulatórias, construindo atores mais amplos, híbridos, mutáveis, plurais, onde as questões de identidade estão colocadas: pertencer a um movimento, a uma rede, a um campo ético-político, situar-se num campo discursivo, enfim, implica inserir-se numa “tradição” e ser, ao mesmo tempo, capaz de escolher e recolher dessa tradição e de outras, experimentar o desafio da alteridade, inserir-se em lutas pelo reconhecimento ou pela reparação de injustiças e desigualdades.

Um aspecto fundamental da discussão se liga à definição de pertencimento adotada. Já discutimos o assunto em outro texto (cf. Burity, 2000), mas diríamos aqui, brevemente, que o *pertencimento* nessas condições implica comprometer-se ativamente com um “projeto” sem se deixar submeter completamente a ele, circulando entre outros e/ou vinculando-se a outros. Ademais, essas experiências produzem um padrão de pertencimento diferente do da *coesão grupal*. Embora definam fronteiras entre um dentro e um fora (quem é participante, membro, aliado ou não; quem somos nós, quem são os outros, etc.), elas não são exclusivas; embora haja crenças comuns e formas comuns de “encená-las”, elas não são compreensivas, nem únicas, mesclando-se a outras, por vezes divergentes, descontínuas de grupo para grupo (ainda que haja pessoas participando de mais de um deles).

Nosso percurso para investigar a interface entre cultura cívica, associativismo e identidade, então, é trabalhar com a relação entre pertencimento e democracia, partindo da compreensão, desenvolvida por

diversas correntes de pensamento social e político contemporâneo, de que as identidades políticas e sociais contemporâneas são internamente heterogêneas, e porque são assim, têm que dividir lealdades e compromissos, precisam negociar essas diversas formas de pertencimento⁴. Mais especificamente, nossa preocupação é investigar as novas práticas implicadas nesta identidade plural e nas modalidades de pertencimento que a caracterizam, observando como isto aponta para a reinvenção da concepção clássica de cidadania e para novos padrões de relacionamento entre atores coletivos no atual estágio da democratização no Brasil.

Uma hipótese subjacente é que a experiência da cidadania não é mais a experiência de identidades integradas, centradas, que se apresentam sempre da mesma maneira nos diferentes espaços públicos, e privados. Antes, a cidadania se torna multidimensional, envolvendo às vezes as mesmas pessoas em relação com diferentes instituições, repertórios de ação, formas de se apresentarem socialmente, maneiras de construir sua identidade. Como consequência, também a identidade dos atores coletivos assim constituídos apresenta as marcas desta circulação – quer nas modalidades de *asserção coletiva* (que geram movimentos específicos), quer na de *disseminação* de práticas originadas em algumas dessas experiências para outros espaços sociais (gerando demandas novas nestes últimos e permitindo certas formas de articulação entre atores vários, que podem levar à constituição de redes ou de “áreas de movimento”).

Mais do que apontar para uma pluralidade de papéis, perfeitamente conhecidos e assumidos livre e alternadamente, de forma instrumental ou funcional nos interessa assinalar um duplo deslocamento: o da identidade pública ou política de cidadão e o da concepção de um agente unitário (o movimento, a classe, o partido, o estado, a sociedade, etc.), que deixaria sempre, em suas diversas formas de ação, a marca de um núcleo de atributos ou interesses que lhe seriam intrínsecos.

No primeiro caso, o deslocamento diz respeito a duas situações contemporâneas: (i) a de uma crescente autonomização das distintas esferas sociais entre si, o que implica, de um lado, a perda de centralidade da

⁴ Somos particularmente tributários das contribuições feitas por Ernesto Laclau (1990; 1996a) e Chantal Mouffe (1992; 1996), e em sua obra conjunta seminal (1989), no campo da teoria e da filosofia política, bem como por Alberto Melucci (1989; 1996) e Manuel Castells (1983; 1996), no campo da sociologia. V. tb. McClure, 1992; Scholsberg, 1998.

identidade de cidadão, em outras palavras, numa “despolitização” da cidadania⁵, e de outro lado, na “regionalização” da identidade de cidadão, “ao lado”, por assim dizer, de outras formas de identificação, sendo “ativada” dependendo de contingências e com diferentes intensidades, por indivíduos e grupos; (ii) a reivindicação dos “direitos de cidadania” para um espectro cada vez mais vasto de espaços e situações sociais, econômicas, políticas e culturais. Tal ampliação corresponde a uma reabsorção pela sociedade civil de funções ou práticas de representação e provisão social classicamente atribuídas ao estado.

Há assim uma disseminação do conceito de cidadania, ao mesmo tempo em que ele perde suas conotações mais tradicionais, de posse de direitos civis e políticos ou de participação na comunidade política, fortemente referenciadas no estado, e adquire relevância em espaços institucionais hierárquicos e fechados, antes infensos à lógica da participação, da igualdade e da afirmação de direitos. Certamente, isto se faz com perda de conteúdos, com um certo “empobrecimento” do significado originário, podendo inclusive vir a ser usado de forma inteiramente vazia de implicações, de forma puramente retórica. Mas um dos aspectos produtivos das lutas sociais em torno do conceito de cidadania hoje decorre precisamente de sua disseminação, de sua capacidade de assumir conotações distintas, de ser hegemonizado por diferentes sujeitos políticos e sociais.

No segundo caso, o deslocamento aponta para a emergência de atores coletivos compostos, cuja face pública aparece mais ou menos unificada e possuindo porta-vozes e representantes, mas que correspondem antes a redes ou articulações de atores de diferentes tamanhos e formatos, do que a um sujeito homogêneo. A identidade de cidadão torna-se uma entre outras, mas também passa a descrever uma rede de atores, ou atores-rede, figuras de um campo de articulações sociais que redefine os contornos da sociedade civil e do estado numa esfera pública híbrida, de que voltaremos a falar.

O que procuramos compreender, enfim, é como a identidade de cidadão se articula hoje com a identidade de consumidor, militante de

⁵ Para evitar equívocos, entendemos tal despolitização como resultado de um desinvestimento nas questões políticas *strictu sensu*, que marca toda a década de 1990, mas também como decorrente de um questionamento da centralidade do estado como referencial para o conceito de cidadania.

alguma organização da sociedade civil e também com a de adepto de alguma organização ou concepção religiosa, tendo como referencial, entretanto, não a figura do indivíduo como um ser autônomo, desenraizado ou flutuante em relação a marcos referenciais (organizativos, culturais, políticos), mas de pessoas pertencentes a organizações, situadas em culturas e tradições, mobilizadas em função de sua inserção num campo de ação coletiva. Desta forma, evitamos o atomismo de diversas modalidades de individualismo metodológico ou de concepções liberais do sujeito, e nem por isso transferimos a estruturas supra-individuais o peso da determinação de suas práticas e atitudes. Entendemos, assim, poder cruzar a dimensão institucional e a “subjéctiva” da identidade, de forma a contribuir para a elucidação – obviamente nos limites deste trabalho – de desafios e dilemas da cultura cívica, participativa, no curso do processo de democratização da sociedade brasileira.

A pesquisa empírica se propôs a captar estes processos da seguinte maneira: primeiramente, identificando entidades atuantes em meios populares, em duas localidades da Região Metropolitana do Recife⁶, buscando perceber sua experiência própria do deslocamento levantado como hipótese teórica mais geral, em função de indicações da literatura atual sobre cidadania, movimentos sociais, ação coletiva e novos padrões de relação entre sociedade e estado. Estas entidades, uma vez selecionadas, foram convidadas a participar, através de participantes que se dispusessem a tanto, de uma discussão em painel, em duas sessões de uma hora e meia, juntamente com representantes das demais entidades escolhidas. Os participantes teriam que possuir um vínculo explícito com a entidade, alguma experiência de participação em suas atividades e um conhecimento básico do perfil/identidade da organização, bem como de sua dinâmica interna de poder. Era preciso combinar pessoas com posição de liderança e outras, com menores responsabilidades ou intensidade de atuação.

⁶ Foram estudadas a comunidade de Chão de Estrelas, no bairro de Campina do Barreto, zona norte do Recife, fronteira com o município de Olinda, e grupos da cidade do Cabo de Santo Agostinho, localizados no centro da cidade e em três bairros populares próximos. Selecionamos, assim, no Cabo, o Centro das Mulheres do Cabo, o Movimento de Moradores de Vila Claudete, a Igreja Evangélica Batista da Vila da COHAB, o Lar Beneficente São Lázaro, o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) e a Cruzada Mista Social dos Cultos Afro-Brasileiros. Em Chão de Estrelas, selecionamos, o Centro de Organização Comunitária, o Centro Cultural Daruê Malungo, o Movimento Cultural Desperta Povo, o Grupo Esperança e a Associação de Moradores de Campina do Barreto. Uma descrição pormenorizada de cada grupo pode ser encontrada em Burity, 2000.

Montamos, assim, três painéis em cada localidade, com representantes de cinco entidades e fizemos diversas visitas e contatos com moradores e lideranças locais. Havia, em cada painel, um representante das cinco entidades selecionadas. A repetição tinha o objetivo de perceber duas coisas: (i) como se dá a interação entre pessoas ocupantes de diferentes posições organizacionais, e participantes de diferentes entidades; e (ii) como variam as (auto-) apresentações da identidade do ator social, a partir da percepção de distintos participantes do mesmo e face à interlocução com outros atores.

Foi feito um levantamento das *atividades e parcerias, do público* beneficiado direta e indiretamente pelas atividades dos grupos que foram identificados; e uma identificação das *temáticas associadas às atividades de provisão de serviços*, porque esses grupos oferecem determinados serviços à comunidade, ou a setores da comunidade, mas a oferta daqueles não se limita a eles mesmos, antes vem associada à prestação de assessorias e à realização de oficinas de discussão e reflexão sobre, por exemplo, cidadania, gênero, as novas relações entre sociedade e estado, consumo ou geração de renda.

1. Múltiplo pertencimento e transição permanente

Num trabalho anterior (Burity, 1994a), procurei mostrar como os processos sociais e políticos que tiveram efeito com a transição à democracia no Brasil anunciavam algo mais do que uma mera conjuntura de mudança de regime político. A lógica de negociação e a conflitualidade envolvendo múltiplos atores (obviamente de dimensões e poder de barganha diferentes entre si), as articulações constituídas em função da definição de um campo de antagonismo, que serve como espaço de agregação de posições, um “nós” e um “eles” em disputa, são indicadores de uma transformação no espaço tempo da ação coletiva e da ação político-institucional. Esta transformação faz das regras democráticas uma exigência, instaura uma disputa intelectual e moral pela hegemonia dos valores da participação, da pluralidade ideológica e cultural, da transitividade dos arranjos políticos. Chamamos a este novo espaço-tempo de transição permanente, sem uma preocupação de atribuir-lhe um juízo de valor positivo *a priori*, mas destacando que o caráter contingente das escolhas e decisões políticas/coletivas gera a necessidade de avaliações contextuais.

Os anos 1990, e toda a crise que eles trouxeram para a política de base e os valores ideológicos radicais (não somente os socialistas, mas mesmo os comunitaristas, coletivos por contraposição a individualistas) reforçaram a validade desta representação. Em nossa pesquisa pudemos constatar na fala dos informantes e entrevistados as marcas de um deslocamento que os coloca frente a desafios a sua identidade como militantes sociais, partidários e como indivíduos com algum trajetória de compromisso com setores excluídos da sociedade. Os atores coletivos no plano local vivenciam hoje uma transição que parece ter-se tornado também permanente. A rapidez das mudanças em diversos campos de ação que incidem sobre movimentos e organizações atuantes na esfera local e a dinâmica de tensão e negociação entre as fronteiras culturais e institucionais das identidades envolvidas impulsiona uma situação em que a ênfase na conexão, na articulação, na auto-iniciativa e na flexibilidade/pragmatismo como estratégia tornam-se objetivos válidos em si mesmos.

Em meio à transição permanente e em função dela, crescem em importância as questões identitárias ligadas à autodefinição, ao reconhecimento do/pelo outro, ao antagonismo que ajuda a demarcar fronteiras. Busca-se construir (ou “resgatar”) a identidade como forma de ancorar-se a algo menos flutuante. E experimenta-se a identidade como problema, face ao desafio posto por outras formas de identificação (por exemplo: participação e solidariedade *versus* isolamento e competitividade).

O múltiplo pertencimento coloca para a cidadania o desafio de manter sua “vocaçãõ” universalista e igualitária em meio à fluidez do pertencimento, à retração particularista (desmobilização, isolamento ou competição com outros atores pelos mesmos recursos limitados) e à ênfase na legitimidade do plural, do diferente. Ademais, atesta a proliferação de espaços de vinculação e de disputa, alguns dos quais podem ser priorizados sobre outros, mas não indefinidamente, uma vez que as carências são tantas e tão profundas que é preciso fazer-se muitas coisas ao mesmo tempo, em meio a formas de associação que exigem certo grau de adesão, ao mesmo tempo em que reconhecem/disputam o espaço de outras.

Uma das conseqüências desta situação para os grupos é a de abrir sua agenda para incorporar novas áreas de atuação ou temas de interesse, à medida que ampliam sua definição do problema central que os mobiliza e dá identidade – pobreza, gênero, meio ambiente, religião, cultura, etnicidade, etc. Ou seja, os grupos tornam-se multifocalizados

(embora nem sempre de forma sincrônica). Há migrações de interesses ou ênfases. Parte disso decorre da busca de sustentabilidade para as organizações, que leva a formular projetos que, para serem financiados, precisam atender a determinadas exigências de organismos governamentais ou não-governamentais, nacionais e internacionais (cf. Fernandes, 1993: p.79-82). Nesta busca de recursos que viabilizem os objetivos do grupo, vai-se alargando, de forma não planejada ou muito controlada, o raio de atuação, mas também o número de interlocutores, parceiros e penetra-se em espaços cada vez mais marcados pela pluralidade de atores – concorrentes ou articulados – onde não é possível assegurar a “pureza” de suas identidades. Pressões, crises e negociações tornam-se moeda corrente. Múltiplo pertencimento, que tanto abrange a constatação pura e simples de que se está imerso em redes de relações cada vez mais complexas, quanto a questão mais forte do deslocamento e recomposição permanentes da identidade coletiva.

Não há porque ignorar o efeito desorientador que isto produz em muitos agentes. Tampouco se pode deixar de assinalar que a múltipla inserção dos atores coletivos os leva a multiplicar atividades praticamente idênticas numa mesma área, em busca de legitimação ou reconhecimento por parte do público. O lado negativo desta superposição foi percebido por vários dos painelistas. Ela é uma consequência das divergências políticas e da incapacidade de negociação entre os líderes locais, levando a uma fragmentação do campo reivindicativo na comunidade e, em certas situações, ao enfraquecimento das demandas, na medida em que fica aberta a porta para que os grupos mais próximos da posição governamental ou de segmentos da burocracia nos órgãos públicos levem vantagem sobre os demais. Acesso diferencial que pode ser usado como trunfo na disputa por influência local, na medida em que se pode apresentar maiores realizações. Por sua vez, esta é uma base de poder na barganha com os atores externos à comunidade.

2. Caminhos de uma cidadania híbrida: constituição do novo espaço público em meio à condição de exclusão

O contexto brasileiro da década de 1990 foi marcado por sinalizações fortemente contraditórias: a intensificação dos processos de modernização no âmbito do aparelho estatal e das suas relações com a sociedade deu-se a par com um, mais do que documentado, agravamento das condições de vida da população, apesar dos efeitos iniciais da

estabilização monetária pós-1994. A extensiva “reengenharia” política, econômica e organizacional que incorporou uma série de inovações tecnológicas e de gestão alargou o mapa da exclusão e o rol de demandas e carências a enfrentar (aumento do desemprego e das exigências de qualificação da mão-de-obra sem a contrapartida de maiores salários, precarização do vínculo de trabalho, restrição de direitos e condenação ao desprezo daqueles desadaptados ao novo sistema).

Por outro lado, uma pluralidade de atores, que havia constituído um espaço público para a “volta” da democracia na década de 1980, experimentou uma trajetória que foi da desarticulação (ainda sequer pluralidade, mas pulverização, desorientação e/ou repressão contra esforços agregadores) à articulação em torno do significante democracia⁷, em função de uma ameaça ou inimigo comum⁸, e, em seguida, encaminhou-se para um processo de “realinhamento” que envolveu tanto a crise de diversas das identidades em jogo, como a emergência de uma lógica política e cultural avassaladora, epitomizada nas idéias de “mercado” e “desregulamentação”. Um significativo processo de redefinição ideológica e estratégica, tornou muitos atores mais “colaborativos” com o estado (inclusive com administrações de diferentes matrizes político-ideológicas), mais reflexivos em relação a sua própria prática, e mais flexíveis/pragmáticos em sua definição de objetivos, formas de atuação e construção de apoios e articulações.

No nível instrumental, passou a prevalecer uma ênfase na conexão e na articulação. No nível valorativo, cresceu a ênfase na solidariedade e na busca de formas de estar ou atuar junto em meio ao reconhecimento de diferenças – embora ainda haja uma tendência a pensar estas últimas como diversidade de atribuições, quando se fala de projetos a realizar, e como experiência difícil de estranhamento e conflito, quando se fala das tentativas de mobilizar ou coordenar grupos específicos em função de

⁷ Funcionando este como um significante vazio, no sentido que lhe empresta Laclau (1996).

⁸ Não temos aqui o espaço para explorar a “comunalidade” existente entre os diferentes atores democratizantes no contexto de luta pela democracia recente. Bastaria dizer que não se tratava nem da materialidade pura e simples das forças armadas, nem de um mesmo número de agravos, queixas e demandas colocados por todos aqueles em direção ao poder militar, mas uma série de matiz wittgenteiniano, onde mais contava a inscrição de demandas díspares no “passivo” da “ditadura”, pouco a pouco responsabilizada pela “crise” (de contornos dificilmente definíveis, pela sua extensão, ramificações entre as esferas da economia, da política, da cultura), do que um consenso substantivo quanto a um projeto alternativo. Isto se viu, se não já durante o governo Sarney, certamente nos que lhe seguiram.

interesses maiores. Ainda há espaço para políticas mais agressivas, de pressão e confronto, mas estas precisam ser bem calculadas, aproveitando-se vulnerabilidades do adversário, numa conjuntura em que há pouca “paciência” para o debate aberto.

Ao longo da década foi-se desenhando uma esfera pública plural – ou uma pluralidade de esferas públicas – que reduziu a centralidade do estado⁹ e ampliou a noção de público através de uma incorporação de funções de provisão e controle (ainda que experimentais e circunscritas) pela sociedade civil. Alguns já falam de uma esfera pública não-estatal como contrapartida da esfera pública tradicional do estado. Há quem fale de um esquema tripartite em que, ao estado e ao mercado vem se interpor um terceiro setor em que outros valores, interesses e repertórios de ação prevalecem. Em ambos os casos, ainda que se recomende a cautela devida a percepções de tendências pouco sedimentadas, pode-se falar da constituição de uma esfera híbrida de cidadania. Híbrida por ser estatal e não-estatal, tanto no sentido de que abriga essas duas distintas lógicas de funcionamento do social como no sentido das experiências de trânsito entre as fronteiras do estado e da sociedade civil (que põem em xeque a clássica distinção entre público e privado). Híbrida, ainda, por ser ideologicamente heterogênea, mesmo ambígua, em sua utilização da linguagem dos direitos e da participação como alternativa à força do dinheiro e do poder político tradicional.

2.1 O sujeito híbrido: atores-rede no espaço da promoção e extensão da cidadania

Este espaço híbrido pode ser construído conceitualmente por diferentes caminhos. Um deles, que remonta a estudos feitos por Melucci sobre movimentos sociais no início dos anos 1980, enfatiza a especificidade da ação coletiva na sociedade contemporânea *vis-à-vis* a política institucional e o caráter compósito dos atores que ali se movem. Para ele,

⁹ Esta afirmação é relativa a um duplo contexto: resistência ao arbítrio estatal dos tempos ditatoriais e à centralização político-administrativa resultante do modelo de desenvolvimento do país desde os anos 1930, de um lado, e programa de desestatização e desregulamentação das políticas e direitos, na linha do discurso neoliberal. No primeiro caso, a grita por descentralização e pela ampliação de espaços de participação dos cidadãos visava a uma democratização do poder, alargando o peso da sociedade civil. No segundo caso, a crítica da ineficiência e do papel empresarial exercido pelo estado visou à ampliação da iniciativa privada e à redução do estado a funções mínimas que remontavam à doxa liberal do século dezoito.

o campo da ação coletiva tende a autonomizar-se da ação institucionalizada, o que implica também uma diferenciação entre esta forma de ação e a ação política tradicional. O conceito de “área de movimento”, tomado à teoria da mobilização de recursos americana, tentou, num primeiro momento (cf. Melucci, 1984), dar concretude empírica ao estudo desses atores plurais que são via de regra descritos como movimentos sociais. As áreas corresponderiam a campos de *estruturação* de identidades coletivas e a espaços de *recomposição* da identidade (a qual estaria continuamente exposta à fragmentação na sociedade complexa).

Neste caso, porém, os indivíduos e grupos encontrariam na área de movimento um espaço para recomporem a identidade dividida pelo múltiplo pertencimento e pelos diferentes tempos e papéis experimentados na sociedade. Isto nos coloca diante de duas dificuldades na comparação entre a realidade analisada por Melucci (ou sua representação dela) e a brasileira: uma empírica e uma conceitual. É que sendo seu conceito de sociedade complexa algo linear – opondo-se a uma sociedade “simples” ou, quem sabe, “subdesenvolvida” –, Melucci acaba falando de uma “fase industrial” que estaria ficando para trás e marcando uma quebra no perfil dos movimentos sociais. Nesta fase industrial, os conflitos dos quais os movimentos participavam inseriam-se numa luta mais ampla pela cidadania – a ação não-institucional estava subordinada e/ou era englobada pela ação institucional. Os movimentos, nesta fase, seriam “personagens” confrontados ao estado e demandando inclusão/ampliação da cidadania. Na nova fase, quando o institucional e o não-institucional se separam, os movimentos “assumem ao invés a configuração de áreas em que se forma, se negocia, se recompõe a identidade coletiva” (Idem: p.436; cf. o contexto mais amplo das pp. 435-37).

A diferença aqui é que se esta representação é verdadeira, então o caso brasileiro apresenta uma complexidade diversa da que fala Melucci: aqui há coexistência sim, mas de um enfoque voltado para o estado e a luta pela cidadania e um enfoque que estimula a diferenciação entre a ação coletiva (sociedade civil) e a ação política (estado), desafiando a primeira a encontrar soluções para problemas que não podem mais (ou não se quer mais que sejam) resolvidos pelo estado e a suplementar a segunda, conferindo-lhe a legitimidade e a referência de eficiência e eficácia que ela perdeu. Há uma ampliação do alcance da cidadania que tanto justifica a ação institucional, como constrói espaços de autonomia em relação a ela (notadamente no nível micro, tão valorizado por esse autor).

Melucci em nenhum momento está em condições de dar conta desta configuração¹⁰, refletindo assim ou uma leitura exclusivamente européia dos caminhos da ação coletiva ou um resquício de etapismo bastante questionável (cf. Gohn, 1997: p.130).

A dificuldade conceitual está em que, de um lado, o conceito de área de movimento – ou redes de movimentos, como Melucci tem preferido chamar mais recentemente, sem que haja, a meu ver, qualquer mudança em relação ao ponto aqui desenvolvido – está em tensão com o múltiplo pertencimento, tornando-se um refúgio da identidade contra a “segmentação ou desestruturação” (Melucci, 1984:436), quando tudo parecia apontar para uma relação de complementaridade e referência mútua, dada pela definição relacional, pluriorganizacional e pluriideológica da área/rede e do ator coletivo.

De outro lado, se a sociedade complexa tende à mundialização e nela há uma tendência a contemporaneizar tudo, a desfazer as seqüências cronológicas em favor de uma coexistência, ficamos entre duas alternativas. Ou bem a coexistência no interior dos movimentos de sociedades complexas é mera aparência de diferentes fases – pura diversidade, sem antagonismo –, as quais estariam conciliadas num todo harmônico e complementar, ou então os movimentos de sociedades “industriais” (não-complexas?) também partilham da heterogeneidade das áreas de movimento/redes, não são “personagens”, mas “formas” e, assim, a utilização da periodização industrial/completo para a análise dos movimentos não pode ser entendida no sentido de uma polaridade Sul/Norte, atraso/avanço, uma vez que sob a globalização, não estando mais os problemas e lugares dos conflitos presos à referência local, torna-se insustentável esta distinção entre personagem e área enquanto corolário de uma interpretação da sociedade complexa como sociedade (mais) avançada (cf. Burity, 1999a).

Assim, aplicam-se também, na caracterização analítica das formas de ação coletiva em sociedades como a brasileira dos anos 90, os traços

¹⁰ O mais próximo que ele chega de escapar do dilema conceitual que sua concepção de complexidade implica é ao afirmar: “Esta era do conflito industrial acabou, não porque as lutas pela cidadania plena tenham se completado ou porque não haja mais espaços democráticos a conquistar, mas porque as diferentes dimensões dos conflitos coletivos vêm se separando cada vez mais. Nas sociedades complexas contemporâneas, os conflitos que incidem sobre as relações sociais dominantes e as lutas pela extensão da cidadania tendem a se tornar distintos e a envolver bases sociais diversas” (Melucci, 1989:19).

característicos do campo dos movimentos como espaço de afirmação de uma pluralidade de agentes e lógicas sociais: articulação/formação de redes, trânsito e multiplicidade de identidades coletivas em busca de recomposição (não tanto contra o múltiplo pertencimento, ressaltamos, mas *através dele*), a conflitualidade e a tensão entre ação coletiva e ação institucionalizada. Como elemento contextual importante acrescentaríamos o que foi explorado num trabalho anterior (cf. Burity, 2000): o *holismo das carências* leva a uma crescente diversificação da atuação dos grupos e sua inserção em redes de articulação – governamental e não-governamental – em busca de atender às inúmeras demandas das populações pobres.

A narrativa dos grupos estudados sobre sua história, sua identidade e práticas indica uma crescente consciência e diversificação dos temas, ações, orientações e parcerias com outros atores, de modo que, invariavelmente, em torno de um núcleo básico, que dá o tom da identidade do grupo – cultura, mulheres, crianças, religião, moradia, trabalhadores ou pequenos produtores rurais, etc. – vai-se delineando um leque holístico de demandas, que leva à adoção de temáticas mais amplas e menos diretamente vinculadas à história particular do grupo. Em certos casos, a dispersão obedece a uma lógica em que, quanto mais se diversifica o leque de atuação, menor é a possibilidade de assegurar um sentido comum – um objetivo claro, um princípio determinado, etc. – que articule todo o conjunto (cf. Laclau, 1996c). O avanço em horizontalidade do ator coletivo ou temática aglutinadora que assim se constitui também representa uma dispersão do sentido e uma superficialização do acordo substantivo entre os participantes, passando a ênfase ao impacto possível da articulação e aos ganhos diferenciais dos atores envolvidos.

Este holismo das carências tem como contrapartida uma atuação local e em certa medida contingente ou intermitente, que se alimenta das oportunidades de recursos – materiais e humanos – bem como da implementação de determinadas políticas públicas. O localismo tem duas referências básicas: (i) a “comunidade” como lugar da ação; (ii) a ausência de projetos generalizantes referenciados na “questão” que deu origem ao grupo. Tal ausência de macro-projetos, entretanto, não significa ausência de horizontes ideológicos – cidadania, direitos, igualdade, primazia da comunidade, compromisso ético com as necessidades dos outros, a importância da articulação e das parcerias – que remetem à imagem de uma sociedade reconciliada consigo mesma, emancipada, justa, etc.

Um recente processo de discussão sobre estratégias locais para ao enfrentamento da pobreza, coordenado por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, chegou a uma conclusão que vem reforçar nossa interpretação:

Uma outra constante [no processo de reflexão, JAB] foi o reconhecimento que as experiências, projetos e programas discutidos têm muito mais as características de processos do que de atividades planejadas antecipadamente. Eles nunca se iniciam já totalmente estruturadas [sic]; ao contrário, tendem a ir ganhando forma no decorrer da prática e do tempo, integrando outros elementos e idéias à ação. Não havia, mesmo nas atividades ditas 'integradas', um plano programático que, definido previamente, fosse capaz de garantir resultados. Estratégias, portanto, são muito mais um reconhecimento posterior de encaminhamentos adaptados, do que etapas programáticas anteriormente definidas (Camarotti e Spink., 2000: p.209).

As marcas desta trajetória aparecem, por exemplo, nas variações encontradas na forma como os participantes descrevem seu próprio grupo. Elas expressam apreensões distintas do que o grupo seja e do que faz, bem como o olhar desde o tipo de atividades que as pessoas realizam com maior frequência no interior do grupo. Num dos grupos, uma igreja batista no Cabo, isto ficou bem nítido. Enquanto uma senhora muito atuante nas atividades de evangelização e ação social da igreja destacou como objetivo do grupo “apresentar Jesus como o senhor da vida, única esperança”, ressaltando discretamente¹¹ que apesar de outras entidades ajudarem à comunidade, “o único caminho mais verdadeiro é Jesus, pois o homem por si só não tem forças suficientes para resolver o problema da vida”, um outro participante, que lida com as ações de saúde da igreja na área de fitoterapia, destacou o trabalho com plantas medicinais como forma de resgatar a tradição indígena. A mesma senhora demonstra maior atenção à diversidade de ações que sua igreja realiza do que nosso segundo

¹¹ Digo “discretamente”, porque trata-se de uma das pessoas que demonstra grande abertura e respeito às diferenças de ênfase entre os grupos e bastante envolvidas nas atividades sociais da igreja.

informante: enquanto ela acrescenta que a igreja provê atendimento médico-odontológico (não só aos evangélicos, mas à população local), sopão, “quentinhas”, pregações, cursos profissionalizantes, distribuição de remédios e alimentos em viagens evangelísticas a outras cidades, aquele somente menciona o atendimento médico-odontológico. Já o pastor procurou dar um tom mais ecumênico à definição do seu grupo, apresentando-o como empenhado em “cumprir a missão que o próprio Jesus deixou a todos nós, independente até de ... [religião, ideologia, posição social, área de atuação?, JAB]. Ele tem a visão mais sistemática do que faz a igreja: ela procuraria atuar sobre três dimensões: saúde, educação e pregação do evangelho. Na saúde, com terapias alternativas, e assistência médico-odontológica. Já na pregação, atua-se “cobrando uma consciência, orientação, o alcance da integralidade da condição humana”, buscando “uma maior consciência comunitária nos batistas, para que vejam além da dimensão transcendente, as condições de vida reais”.

O contraste, neste caso, fica com grupos que possuem uma história de atuação conjunta mais intensa. Aqui estão as ONGs estudadas – o Centro das Mulheres e o SERTA –, apesar de se tratarem de entidades que igualmente estendem suas atividades a uma grande diversidade de ações: do gênero à geração de renda de agricultores, na primeira; de tecnologias alternativas na produção à mudanças na prática educativa nas escolas públicas, na segunda entidade. Mas também fazem parte disso entidades populares, como o Movimento de Moradores de Vila Claudete, o Centro de Organização Comunitária e o Centro Cultural Daruê Malungo.

Já a dispersão das atividades numa mesma temática pode ser captada na preocupação com a saúde. Aqui temos o exemplo do Centro das Mulheres do Cabo, do Centro de Organização Comunitária de Chão de Estrelas, da Igreja Batista do Cabo, cada uma com um perfil bastante distinto, em termos de seu “núcleo básico”. Há o atendimento convencional de saúde, mas também medidas preventivas e de formação de hábitos pessoais e coletivos; há ênfases sobre a questão da sexualidade e reprodução ou sobre a conexão entre fitoterapia e alimentação alternativa; há ações articuladas a órgãos e políticas públicas, outras, oferecidas isoladamente ou através de parcerias pontuais.

Outra temática generalizadora é a cultural. Todas as entidades estão engajadas em resgatar, promover ou questionar o social através do cultural, desde as preocupações de incidir sobre mentalidades

historicamente formadas, modificando-as para incorporar novos temas e práticas econômicas (tecnologias alternativas ou as novas exigências do mercado de trabalho) ou políticas (a participação, a interação com parceiros públicos e privados), até a promoção de formas de diversão pública associadas a heranças culturais das comunidades locais ou à consciência mais recente das questões racial e de gênero. Crianças e adolescentes são outra preocupação recorrente, e embora seja abordada desde o prisma de cada grupo, há muitas superposições em termos valorativos ou de atividades realizadas: corpo e sexualidade, formação educacional e profissional, violência e drogas, prostituição, atendimento pré-escolar, o problema dos “limites” e do reconhecimento do outro como questão pedagógica fundamental na fase da adolescência.

Uma entidade como o Lar São Lázaro tipifica a *interconexão dos temas*, impulsionado pelo holismo das carências já apontado: preocupando-se com as conseqüências do desemprego e da fragmentação do laço familiar para os segmentos pobres da população, principalmente as mulheres e os idosos, o Lar é um espaço ambíguo entre a filantropia mais tradicional, de base explicitamente religiosa (predominantemente espírita, no caso), e preocupações muito recentes com o equilíbrio ambiental e a geração de renda. Mantém uma creche e salas de aula de alfabetização, mas também procura mediar conflitos familiares (principalmente os que envolvem violência contra mulheres e crianças), indicar pessoas para emprego, e estimular a geração de renda, através de um trabalho de reciclagem de lixo.

O sujeito híbrido da cidadania assume crescentemente o formato de redes. Estas nem sempre se apresentam como atores em si, como movimentos ou articulações que estão estruturalmente configurados como redes de grupos e se apresentam publicamente como tal. Este momento de visibilidade só emerge “onde um campo de conflito público emerge” (Melucci, 1989:71). Cotidianamente, entretanto, a rede de relações e de grupos se mantém em latência, que não significa inatividade, mas *um regime de existência em que o espaço público da comunidade não se confunde com o espaço público da sociedade*. A movimentação no primeiro espaço segue ritmos próprios e aparentemente invisíveis desde o lugar do último. Segundo Melucci,

[a] situação normal é a de uma rede de pequenos grupos submersos na vida cotidiana (...) A rede

submersa, embora seja composta de pequenos grupos separados, é um circuito de trocas. Indivíduos e informações circulam ao longo do espaço e algumas agências (os núcleos profissionalizados) asseguram uma certa unidade da área. A rede submersa: a) permite um pertencimento múltiplo; b) é part-time tanto com relação ao curso da vida, quanto com relação ao tempo que absorve; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva são uma condição para a participação (1984: p.444-45)¹².

Assim, entre a visibilidade e a latência, multiplicam-se as redes, na esfera do cotidiano e, nos últimos anos da década de 1990, na esfera pública, roubando espaço à posição central do estado e levando à emergência de um espaço híbrido que enfocaremos mais adiante. As redes possuem diferentes níveis, formatos e graus de densidade (cf. Wellman, 1988; 1998; Garton, Haythornthwaite e Wellman, 1997; Scherer-Warren, 1993; 1998; Fontes, 1999; Lopes, 1995; Mische e White, 1998). Em nossa pesquisa não trabalhamos com o nível mais desagregado, o das relações pessoais (redes egocentradas), mas focalizamos, por força de nossa preocupação com a relação entre ação coletiva e cidadania, exclusivamente as redes secundárias, entre grupos e organizações.

De forma puramente indicativa, faltando-nos o espaço para explorar as modalidades de relação e as dificuldades e perspectivas abertas por estas conexões, elencamos algumas, entidades que trabalham em parceria, com os grupos estudados:

- (i) Entre os organismos internacionais (multilaterais ou não-governamentais) que figuram como parceiros ou financiadores de um ou mais dos grupos estudados, podemos citar: a Visão Mundial, a Unicef, a Terra dos Homens (Suíça), a EZE (Alemanha), a Fundação MacArthur, a Intermón (Suíça), a Comunidade Européia, a Novib (Holanda), o Serviço de Cooperação Alemã (DAD), a Cáritas e a Igreja Unida do Canadá

¹² Sobre esta distinção entre visibilidade e latência, cf. Melucci, 1989:70-79, 205-206; 1996:113-117; Burity, 1999a.

- (ii) Entre os organismos não-governamentais e privados nacionais, contam-se a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e Sexuais, o Fórum de Mulheres de Pernambuco, o Centro Social Urbano da Vila da Cohab (Cabo), Articulação de Entidades da Zona da Mata Sul, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, a Rede Estadual de Combate à Exploração Infanto-Juvenil, o Movimento Pró-Educação, a Rede Estadual de Direitos Humanos de Pernambuco, a Rede de Mulheres Latino-Americanas, o Conselho Britânico, a Rede Latino-Americana de Combate à Violência Doméstica e Sexual, o Centro de Estudos e Ação Social-Rural (CEAS-Rural), Sindicatos Rurais, a Articulação Aids Pernambuco, etc.
- (iii) Vários organismos governamentais também são incluídos nestas parcerias: o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, os Conselhos Municipais, as Prefeituras Municipais do Recife e do Cabo, o Serviço Nacional da Indústria (Senai), o Programa Comunidade Solidária, o Programa Saúde na Família, a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, o Ibama, a Assembléia Legislativa, a Cruzada de Ação Social, a Emater, a Secretaria da Educação Estadual, o Conselho Estadual de Educação, etc.

2.2 O espaço híbrido: entre o público e o privado, práticas tradicionais e novas

Muito se fala hoje, entre atores da sociedade civil, no caráter híbrido deste espaço público que se abre entre o estatal e o não-estatal. As primeiras formulações desta idéia parecem remontar a análises pós-68, que viam na emergência dos movimentos culturais e sociais de então a transposição da fronteira do espaço público para ali colocar questões da vida privada, do cotidiano (cf. Touraine, 1977; Grazioli e Lodi, 1984). Estas discussões foram complementadas pelas teorias dos novos movimentos sociais, com a ênfase dada à crescente importância dos processos de construção da identidade na sociedade avançada (cf. Melucci, 1980; Cohen, 1985; Laclau e Mouffe, 1989). Esse espaço social

emergente definiria, para Melucci (1996:307-312)¹³, três características essenciais às mobilizações que o atravessam:

(i) *globalidade* – busca de recompor na sincronia de uma experiência cotidiana a compartimentação das esferas de valores e práticas da sociedade moderna. Recusa de respeitar rigidamente a fronteira entre o público e o privado, o íntimo e o compartilhado, o cultural e o político, o subjetivo e o objetivo, mesmo que para isso tal globalidade pareça retomar traços dos conflitos pré-industriais, envolvendo comunidades campesinas ou controvérsias religiosas¹⁴. Segundo Melucci,

tendo perdido seus traços absolutos, a globalidade focaliza-se no presente; funciona como fator agregador de curto prazo, é sempre renovável. De forma simbólica, ela indica questões sistêmicas gerais através do particularismo do tempo e lugar de ações sociais concretas. Ela se adequa e coabita, ademais, com aquele sistema de múltiplos pertencimentos gerado pela comple-xidade, em que atores passam de uma associação a outra, de uma rede a outra diferente, sem comprometerem-se em definitivo com um grupo específico ou com um tema específico (1996:308, grifos meus).

(ii) *posicionamento dentro-fora do sistema de representação*, tornando cada vez mais problemático distinguir entre centralidade e exclusão, já que há inegavelmente um resultado das lutas das décadas de 1970/1980 em termos de maior acesso de grupos marginalizados à cidadania

¹³ As mesmas características aparecem quase literalmente no texto mais antigo de Grazioli e Lodi, publicado na obra coletiva coordenada por Melucci, em 1984 (cf. Grazioli e Lodi, 1984: p.292-96). Entretanto, em Melucci, há algumas modificações significativas. Primeiro, a globalidade já se aplica aqui aos movimentos como tais e não, como nos autores citados, restrita à construção da identidade dos participantes. Para eles, afirmar a globalidade significaria “agir como subjetividade integral e não com base nos papéis definidos no processo produtivo e/ou nas normas institucionais” (Idem: p.293).

¹⁴ Em outras palavras, tais mobilizações combinam o caráter globalizante, dirigido à sociedade como um todo, ou, nos termos de Melucci, ao sistema, com reivindicações locais e particularistas, tal como nos movimentos prévios ao século dezenove na Europa. Em nosso caso, é significativo que a presença de um componente religioso – institucionalizado ou difuso –, que avalia o sistema como um todo, mas atua localmente e a partir de grupos muito precisos, seja um dado claramente estabelecido na pesquisa.

e ao sistema de representação de interesses. Assim, as mobilizações passam a se colocarem objetivos de alcançar algum espaço no mercado político; ao invés da recusa radical da década de 1970, ressalta-se mais um reconhecimento dos limites da ação institucional e sua utilização instrumental, o que torna permanente, mas frequentemente tensa, a interação com o sistema partidário e as instituições governamentais. Assim, os movimentos “trabalham para criar canais de representação mais congruentes com seus atores, sem descartar os oficiais, e assim eles se situam tanto dentro como fora do sistema político” (Idem: p.309).

(iii) *continuidade/coincidência entre identidade individual e identidade coletiva*, se torna mais complexa. De um lado, a percepção da diferença em relação ao de fora, é acrescida do reconhecimento da diferença que atravessa internamente o ator coletivo. “Os atores coletivos devem levar em consideração as múltiplas, mutáveis e sobrepostas relações de pertencimento que articulam a base de um movimento” (Idem:310). De outro lado, o múltiplo pertencimento é assumido como uma vantagem estratégica numa sociedade que continuamente redefine fronteiras e dificulta a sobrevivência de configurações rígidas e monolíticas. A “diversidade” interna é explorada com fins de facilitação das demandas colocadas à esfera pública. As formas de organização passam a refletir, assim, a transitoriedade de sua base social, os objetivos combinam universalismo e localismo, a identidade é definida de modo mais cultural do que estrutural, ou seja, mais em função de posturas, valores e decisões dos atores do que pela sua submissão ao lugar que ocupam no sistema social/econômico (Idem: p.295-296).

Mais recentemente, a questão do espaço híbrido definido pela fronteira público/privado tende a ser substituída pela ênfase na ampliação do espaço público em termos da oposição estatal/não-estatal. Embora haja um certo paralelismo entre estes dois hibridismos, não se trata de processos idênticos. Tanto se pode ter uma articulação entre ambos como podem seguir caminhos distintos. Os partidários das novas técnicas de gestão social inspiradas em práticas de mercado quase só se ocupam da segunda distinção, enquanto que atores oriundos do campo dos movimentos sociais dos anos 1980 tendem a buscar uma articulação entre ambas. Vejamos algumas percepções distintas a respeito.

Primeiro, uma relativa ao holismo das carências, que ressalta o par público-privado. Da forma como este aparece na fala de alguns entrevistados, observamos um curioso paradoxo, que no entanto está longe

de ser desconhecido nos meios populares: de um lado, o ativista social nega muito de sua liberdade pessoal em favor do outro, da “comunidade”, mas assume um papel mediador de conflitos interpessoais e até de aconselhamento para indivíduos e famílias em crise. De outro lado, o próprio espaço público local é capturado pelas demandas de resolução de conflitos que, no âmbito do cotidiano, freqüentemente dizem respeito a situações privadas – desavenças entre marido e mulher, violência de pais sobre filhos, de homens sobre mulheres, problemas financeiros – mas são trazidos ao líder local. Sinal de reconhecimento de sua liderança – para além do caráter representativo, político –, esta prática aponta também para a ausência de canais formalizados para encaminhamento de diferentes demandas.

Um segundo ponto se refere às parcerias e diz respeito ao hibridismo da relação estatal-/não-estatal superpondo-se em alguns casos à relação público/privado. As parcerias vêm, pela sua intensificação, contribuindo para definir uma trama de relações que mostra de forma eloqüente o hibridismo do espaço público – entre o público e o privado, entre o estatal e o não-estatal e nos cruzamentos destas duas polaridades. Um novo espaço social se vai definindo através da prática das parcerias, apesar de não resolver uma série de problemas já antigos de assimetria de poder, de definições informais ou não pactuadas livremente entre os participantes, de ganhos desiguais entre os parceiros relativos às expectativas colocadas no processo.

Duas situações servem de catalisador para a formação de parcerias, desde a perspectiva dos atores *não-estatais*. Em primeiro lugar, o holismo das carências coloca sempre o movimento ou organização popular diante de um hiato entre seus recursos (limitados) e o volume das demandas, exigindo a busca de apoios e financiamentos para o atendimento das reivindicações. Em segundo lugar, a mudança no clima ideológico (notadamente em relação à oposição direita/esquerda) vem levando a um maior pragmatismo das organizações comprometidas com mudanças substantivas, na viabilização de suas demandas; e a uma mudança de atitude face ao estado, não mais visto como “o gato que pega o rato”, como disse um dos informantes. Esta mudança decorre certamente da ampliação dos espaços de cidadania e da implementação de políticas públicas com maior participação dos setores sociais interessados, que passaram a vigorar após a democratização do estado, a partir da década de 1980, reforçando o que dissemos no item (ii) acima. Nos dois casos, a consequência é uma maior preocupação em buscar parceiros e diminuir os custos da ação coletiva.

As parcerias, ao mesmo tempo que aparecem como uma exigência irrecusável para a quase totalidade dos grupos, não são experimentadas acriticamente. Ainda há resistências localizadas à aproximação do estado e do mercado – um dos grupos, em Chão de Estrelas, recusa-se a se “registrar” junto aos órgãos públicos, em função da preservação de sua autonomia. Há também lições tiradas de parcerias anteriores, que recomendam atenção para as assimetrias de poder e diferenças de visão como elementos dificultadores.

O reconhecimento da necessidade de parcerias é geral. As parcerias são vistas como uma forma de tornar mais eficiente a provisão de serviços à população, de concretizar os objetivos do grupo e de evitar a superposição de atividades idênticas. Vários informantes questionaram que a mentalidade predominante tem sido a de compreender a parceria exclusivamente em termos financeiros, o que tem levado a uma disputa entre os líderes comunitários onde quer que haja recursos disponíveis sob esta modalidade, havendo desinteresse patente quando se trata de parcerias em que o elemento financeiro não é tão importante ou está ausente.

Mas as reservas são várias. Apontam-se as desigualdades de poder entre os parceiros, as parcerias sem contrapartida efetiva, as brigas por espaço e visibilidade no interior da própria parceria, ou, como já referimos, o entendimento puramente financeiro da formação de parcerias. Um dos participantes, afirmou que é fundamental fazer parcerias, “embora haja parceiros que constam só no papel, mas não atuam, dificultando o trabalho – desestimulando o grupo, que fica tendo que esbarrar a cabeça na parede, mas até ela quebrar e a gente conseguir passar”. Outro participante ressaltou que “não deve haver orgulho, auto-engrandecimento, porque é um trabalho participativo. Assim, cada um dentro de sua área, da sua possibilidade, da sua boa vontade, contribui positivamente para o engrandecimento de todos”, sendo preciso “respeitar os direitos dos outros”.

Outra advertência, partida de uma ONG do Cabo, se refere à necessidade de distinguir tipos de parcerias e de se negociarem previamente, “se possível botando no papel”, as atribuições e as recompensas de cada parceiro. Segundo esta posição, há um núcleo mínimo de valores e objetivos que corresponde à identidade de cada grupo e não pode ser negociado, mas há uma série de outros pontos que são passíveis de negociação.

2.3 Redescritção da experiência cotidiana da cidadania: a articulação direitos/serviços

Um dos nossos problemas de pesquisa referia-se a superposição da representação de cidadão pela de consumidor de bens e serviços (materiais e simbólicos), numa sociedade que se pretende regular por uma lógica estrita de mercado e por uma concepção individualista de necessidades e da interação social. De acordo com Canclini, “[n]um tempo em que as campanhas eleitorais se mudam dos comícios para a televisão, das polêmicas doutrinárias para o confronto de imagens e da persuasão ideológica para as pesquisas de marketing, é coerente nos sentirmos convocados como consumidores ainda quando se nos interpela como cidadãos” (Canclini, 1995: p.13-14). O que já introduz um elemento inicial de tensão nas relações entre cidadania e consumo como formas de pertencimento.

Ora, se a escolha e a apropriação de bens se dá a partir de um contexto valorativo de base não somente individual, mas coletiva ou pública, que define ainda lugares e formas de apreciação aos sujeitos imersos neste processo, “ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades” (Idem: p.22; cf. tb. Telles, 1994).

Esta questão não foi explorada de forma abrangente na pesquisa, o que significaria investigar padrões de gosto e consumo, inserção em iniciativas de defesa do consumidor, etc. Nos interessava particularmente a fronteira entre a representação do cidadão como portador de direitos *vis-à-vis* o estado e a idéia de um acesso e fruição de bens públicos de forma passiva ou desconectada de um posicionamento face à natureza das políticas implementadas.

Percebe-se assim duas orientações básicas. Primeiro, a oferta de serviços e a preocupação de gerar experiências produtivas para geração de emprego e renda por fora das práticas convencionais de mercado, articuladas à satisfação de outras necessidades materiais ou imateriais, como a poupança para (auto)construção da moradia (Movimento de Vila Claudete), a socialização de idosos, mulheres e a formação de adolescentes

(Lar São Lázaro, Grupo Esperança, Centro das Mulheres do Cabo, Igreja Batista do Cabo), a complementação da renda familiar (Igreja Batista, SERTA, Centro de Organização Comunitária), a melhoria das condições de saúde e alimentação da população (Igreja Batista; Centro de Organização Comunitária). Aqui o tema do consumo aparece sem vinculação direta com alguma questão de orientação de política pública (como fica explicitada na formulação do problema acima). Trata-se da geração de novas práticas de consumo relacionadas simbolicamente à cidadania sob a forma de conquistas à margem da presença ou não da ação estatal. Ou seja, as experiências vão sendo gestadas a partir de um diagnóstico de que não é possível mais esperar pela provisão estatal nem pela regulação do mercado para a satisfação das necessidades e carências, e que isto pode ser feito dentro de uma outra lógica, colaborativa, participativa, solidária, mesmo quando parte das ações se dá nos espaços do estado ou do mercado: as parcerias são, aqui, um interessante indicador.

Uma segunda orientação refere-se à despolitização da provisão social que tem lugar com a redefinição do perfil das políticas públicas, rumo a uma maior parceria entre estado e mercado, ou à introdução de uma lógica empresarial na política estatal – sob a forma do gerencialismo, da busca de eficiência (relação custo-benefício; oferta-demanda; satisfação do cliente/consumidor) e de resultados (compatibilidade entre objetivos e impacto final, monitoramento e avaliação de processos), introdução de exigências de contrapartida dos beneficiários, inclusive quanto à cobertura de parte do custo do bem, em alguns casos. Como consequência, o cidadão passa a relacionar-se com o estado como “contribuinte” ou como “consumidor”. Ao pagar seus impostos, tem o direito de reivindicar bens e serviços públicos de qualidade e em oferta compatível com a demanda. Ao fruir tais bens e serviços, deve ficar satisfeito com a provisão e poder reclamar seus direitos quando se sentir insatisfeito, através dos canais competentes.

Uma questão relacionada a esta da superposição da representação de cidadão pela de consumidor, mas colocando-se num plano normativo dentre os nossos problemas de pesquisa, é a de como compatibilizar a concepção liberal do sujeito como portador de direitos universalmente válidos a serem assegurados/protegidos das intrusões dos outros e do

Estado com a concepção cívico-republicana que acentua a participação na esfera pública como valor e condição da democracia¹⁵.

Na análise destes dois problemas, podemos concluir o seguinte. No âmbito da ação coletiva local percebemos uma articulação entre cidadania liberal, cidadania participativa e um entendimento mais recente de uma cidadania de serviços. A primeira, como se sabe, está referenciada no acesso a e gozo de direitos de base individual, assegurados pelo Estado, como proteção ao cidadão. A segunda, na responsabilidade do indivíduo pelos destinos da comunidade política e na avaliação da robustez e legitimidade do sistema político ou da organização segundo a medida em que estimula e assegura a participação de todos os implicados. A terceira, fruto das novas orientações ideológicas da década de 1990 – crise da política de esquerda e avanço de valores competitivos e de mercado, dentre outras –, tende a circunscrever a demanda por cidadania ao acesso a serviços, que por sua vez são formatados, geridos e consumidos como bens de mercado. Tudo isto desemboca na experimentação (ambígua em seus contornos ideológicos e práticos) cada vez mais intensa com a constituição de uma esfera pública híbrida, estatal e não-estatal, em que atuam atores-rede, na qual a figura do cidadão é apenas mais um dos espaços de pertencimento dos indivíduos e em que novos valores, de competitividade, eficiência e “profissionalismo” na oferta dos bens públicos tornam-se moeda corrente.

Cidadania como consumo e como estratégia política (cf. Dagnino, 1994; Krischke, 1995) são aspectos complementares. A insatisfação com a leitura jurídico-política dos direitos tem levado à pluralização infinita de demandas de cidadania (econômica, social, cultural, racial, de gênero, ecológica, etc.). Na ausência de um Estado aglutinador dessas demandas num único “projeto”, o mercado tem procurado fazê-lo pela inclusão daquelas na ordem do consumo. Para Canclini, tratar-se-ia, ao invés, de propor uma articulação das diferentes modalidades de cidadania numa concepção estratégica do Estado e do mercado (1995:24), que buscasse neutralizar os efeitos excludentes da visão dominante da globalização, dando novamente um sentido de interação sociocultural às relações de mercado, contra seu confinamento a uma concepção puramente mercantil, de troca de mercadorias (Idem:66).

¹⁵ Sobre esta distinção, cf. Mouffe, 1996; Skinner, 1992; Putnam, 1996. V. tb. Alexander, 1995; Somers, 1993; 1995b; Calhoun, 1997; Davidson, 1999; Vianna e Carvalho, 2000.

A onda privatizante dos anos 1990 tem gerado efeitos mais perversos socialmente do que os benefícios econômicos alardeados. Neste sentido, o aspecto normativo desta interpretação está em sugerir que, para que o consumo venha a ser algo mais do que transação econômica, e adquira um valor cognitivo (apontando para a forma de se organizar e viver em sociedade), é preciso reenquadrar o mercado na sociedade, fazendo salientarem-se os espaços públicos e o interesse por eles (Canclini, 1995:68).

Um cidadão-consumidor – essa me parece vir sendo a orientação político-cultural predominante na conjuntura atual. Redefinir o cidadão fundamentalmente como consumidor: isto já é uma mudança no conceito clássico de cidadania. Qual o conceito clássico de cidadania? Que o cidadão é portador de direitos, direitos naturais que o Estado tem que assegurar porque fazem parte da própria definição de uma certa natureza humana liberal. Direitos fundamentais do cidadão, depois da formulação clássica da revolução francesa, confirmada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma idéia de cidadania segundo a qual um indivíduo, por ser humano, independente de sua condição de classe, religião, cor, renda, etc., é portador alguns direitos fundamentais que todo Estado tem de garantir. Esta é, incidentalmente, uma concepção passiva da cidadania, porque o cidadão fica sob a sombra do Estado o qual assegura, defende provê (na formulação social-democrata do pós-guerra) essa cidadania.

O que faz a cidadania “neoliberal”? Primeiro, ela está preocupada em desobrigar o Estado dessa responsabilidade e, a partir de uma crítica que combina elementos reconhecidos por diferentes correntes de análise quanto aos contornos de uma certa crise do estado contemporâneo com uma agenda específica da ideologia neoliberal, chega-se a esta definição de que a cidadania é consumo de bens e serviços públicos. O Estado deve funcionar como um provedor desses bens e serviços, ou como um ente que, se antes devia prover um conjunto daqueles como parte de uma definição de cidadania e justiça, deve agora, crescentemente, deixar de fazê-lo, estimulando as parcerias, a “auto-iniciativa” e a desestatização das políticas públicas. O cidadão passa a se relacionar com o Estado e com os outros provedores de serviços e bens públicos mais ou menos como se relaciona com o dono de uma firma ou de uma loja de quem vai comprar um produto e de quem cobra especificações, garantias de

qualidade e melhor relação entre custos e benefícios, também a ele recorrendo quando o produto não atende às expectativas.

Embora haja boas razões para se questionar essa redefinição do conceito de cidadão como consumidor, ela já é parte integrante das novas relações entre estado e sociedade. Ela penetrou, não somente no sentido de reforçar a visão passiva do cidadão, mas também no sentido de estimular uma certa ação cidadã que, como dissemos acima, se comporta como alguém que cobra qualidade do serviço porque está pagando por ele através dos impostos, ou porque, como consumidor, tem o direito de dizer se o serviço é bom ou ruim, e exige critérios mínimos de eficiência, qualidade e durabilidade dos efeitos do referido serviço.

Se tal compreensão se amplifica indiscriminadamente – e há poderosas forças buscando precisamente tal ampliação – perde-se do conceito clássico de cidadania uma coisa muito importante, que se liga à defesa da participação e da responsabilidade cívica do cidadão com relação à esfera política. De acordo com esta vertente republicanista, não somente alguém só é plenamente cidadão quando assume responsabilidades públicas, ou na esfera política, digamos assim, mas também que este indivíduo tem uma obrigação moral e política de assumir tais compromissos com a sociedade, com dois desdobramentos distintos e complementares: solidariedade, de um lado, e participação nos espaços públicos, de outro. Embora esta linha tenha também suas ambigüidades e um legado histórico que não a isenta de “ligações perigosas” com o autoritarismo (de que o jacobinismo e o socialismo real dão o exemplo mais dramático), é certo que a ampliação de cidadania que tentou-se analisar no contexto da pesquisa inclui necessariamente as diferentes modulações entre as figuras do cidadão liberal clássico, do cidadão participativo e do cidadão consumidor.

Neste sentido, podemos dizer que o que talvez esteja se desenvolvendo nessa interação do chamado terceiro setor com o estado é uma composição da noção de cidadania de direitos com essa noção de *cidadania de serviços*, porque as pessoas já assumem como um dado que o Estado não tem condições de (ou não deve mesmo) prover todo um conjunto de bens públicos associados, na esteira do consenso social-democrata e liberal do guerra pós-guerra, a um compromisso da sociedade com seus membros (comunidade nacional, corpo político e grupos sociais

marginalizados e explorados)¹⁶. O que se argumentava em relação ao estado social-democrata, de que sua crise atestaria uma incapacidade de prover toda uma explosão de demandas sociais, por várias razões, quer políticas, quer de escassez de recursos materiais, passou também a ser dito de sociedades onde nunca houve um estado de bem-estar, como no caso do Brasil. A partir de um diagnóstico que já analisamos em outra parte (cf. Burity, 1999b; 2000), crescentemente assumiu-se semelhante atitude face às demandas sociais e à crise do estado no contexto brasileiro. O que implicou a emergência de uma prática que já se percebe em grupos ou organizações sociais que produzem bens públicos, disponibilizando-os à comunidade, passando ou não pelo Estado, através de formatos que vão do financiamento de pequenos projetos locais com recursos da cooperação internacional, a parcerias com e sem agências governamentais, até os programas governamentais de estilo convencional.

Essa “gestão pública não-estatal”, cobrindo falhas ou procurando contornar o espaço do estado, é uma das instâncias mais diretas, mais fortes dessa nova figura do cidadão como produtor e consumidor, mas não se trata, neste caso, é bom que se diga, de um cidadão necessariamente individualizado, atomizado. Trata-se, notadamente na primeira orientação comentada acima, de um cidadão inserido, articulado, organizacionalmente, via redes, ou via organizações da sociedade civil. Então, é uma espécie de cidadão coletivo, esse que vira produtor de bens públicos. É um cidadão coletivo que, embora se afirme em nome de interesses específicos de grupos, de classes, etc., através das organizações ou articulações que o “encarnam”, justifica-se publicamente segundo a globalidade da ação já analisada anteriormente.

Em relação aos painéis, há uma concordância de que a maior parte das pessoas usufruem de bens e serviços públicos já na qualidade de consumidoras, embora isto apareça para vários dos participantes como um indicador de passividade e subordinação. Diferentes explicações são oferecidas. Para uns, as pessoas são consumidoras, passivas, deixam-se manipular. Para outros, as pessoas não são bem tratadas, como cidadãs, de acordo com o estereótipo do que seria um cidadão respeitável (bem vestido e portando documentos), mas já se acostumaram com isso (exemplos: área de saúde, supermercado, banco). Uma outra imagem é a

¹⁶ Estas definições correspondem aos principais vetores de uma visão tradicional da cidadania e da sociedade civil legada pelo modelo da sociedade industrial oitocentista: nação, estado e as “classes perigosas”.

de que em nossa sociedade o que é público é associado com algo sem valor, gratuito; mas isso não é correto, porque as pessoas já pagam os impostos, se não sobre a renda, pelo menos sobre as mercadorias que adquirem, e por isso poderiam exigir um bom tratamento. Uma quarta interpretação não vê problema em consumir bens solicitados aos órgãos públicos, quando a solicitação é dirigida à comunidade, e não em proveito pessoal. Nesta ótica, sabendo-se pedir, consegue-se, e se os bens públicos são para os cidadãos, demandá-los dos órgãos de assistência social, por exemplo, é um direito.

Esta também foi a oportunidade para que a antiga discussão sobre assistencialismo ou mudança tivesse lugar. Em um dos painéis, em Chão de Estrelas, houve questionamentos entre os grupos sobre a natureza da provisão oferecida por eles e sua relação com a formação de cidadãos. Doar alimentos, distribuir uma sopa comunitária são assistencialismo? Discutir outras questões, fazer reuniões nestas oportunidades altera o caráter assistencialista? Conscientiza as pessoas? Questões polêmicas e não resolvidas. Mas há um reconhecimento de diversas lideranças, também no Cabo, de que a atitude de consumidor passivo e desinteressado em discussões ou participação predomina. Como afirma uma líder em Chão de Estrelas,

é preciso fazer com que as pessoas entendam que elas têm que ir à luta. A gente dá a vara pra eles pescar, mas o peixe quem tem que trazer é eles. (...) Porque essa questão, assim, de 'me dá!' é muito... É assim: só chega pra pedir, mas a participação numa reunião é difícil. A gente quer fazer uma assembléia, a gente quer fazer uma prestação de contas para a comunidade, horta na rádio comunitária, eh, manda as agentes de saúde avisar nas portas. Quando é de noite, na reunião, se você encontrar cinquenta pessoas, você vai encontrar muito. Numa comunidade de 2.071 moradias!...

Como isto concorda uma das lideranças cujo grupo foi questionado: “É [a atitude d]a maioria da população [mesmo]. A gente vê que as pessoas só querem receber ... e não faz muito esforço”. Toda a ênfase, neste painel, foi colocada sobre a co-responsabilidade dos

beneficiários pelo serviço prestado, defendendo-se que se cobre deles contrapartidas em termos de (i) participação nas organizações da comunidade, (ii) pagamento/financiamento de parte do valor do serviço; (iii) uma atitude valorizadora da coisa pública (preservar o que é público, ao invés de deprecar – menção às escolas públicas); (iv) parceria no oferecimento do serviço, envolvendo tanto a população como o governo. Assim, o tom geral das falas já exprime uma absorção da linguagem da provisão de serviços e da eficiência na gestão dos recursos disponíveis.

3. Participação e o impacto da ação local

O valor da participação, nos dados da pesquisa, mede-se por seus efeitos ou seu impacto. Perguntamos pela contribuição da mesma para o alcance das demandas. Percebe-se que há uma articulação entre a dimensão expressiva dos grupos e suas preocupações instrumentais – hoje reforçadas por sua inserção deliberada no circuito da cidadania de serviços – que levanta o problema da medição do êxito de suas ações, da qual o tema da participação é um componente fundamental.

Segundo Melucci,

o sucesso ou o fracasso só podem ser medidos no terreno da interação política, porque se se considera o campo dos conflitos como tratei de defini-lo, os movimentos são cada vez mais sem êxito. Sua ação em nível de sistema opera sobre a redefinição de lógicas não mensuráveis (...). Daí o êxito principal, o único de que se pode falar (de qualquer modo reduzindo-se e traindo sempre o significado profundo da ação), é a redefinição da political opportunity structure: terreno privilegiado de observação para os cientistas políticos, mas que a análise sociológica não deve mais confundir com a totalidade do campo social (1984: p.428).

Ao avaliarem o peso da participação na viabilização das reivindicações ou objetivos dos setores populares, os entrevistados apontam quatro indicadores:

- (i) as mudanças que a ação participativa produziu no seu público-alvo, os beneficiários, que têm as suas condições de vida melhoradas;

- (ii) as mudanças ao nível de política pública, com a introdução ou surgimento de novas ações ou agentes. Por exemplo, o envolvimento de ativistas de Chão de Estrelas, hoje no Centro de Organização Comunitária, na luta pela criação do programa de agentes de saúde. A vigência deste é vista como uma conquista de dezessete anos de lutas dos movimentos populares. Luta que não apenas conseguiu o reconhecimento político – a incorporação da proposta na política de saúde em nível nacional e local –, mas hoje permite discutir-se o reconhecimento profissional, a regulamentação da profissão de agentes de saúde;
- (iii) as mudanças em termos de crescimento pessoal – ganho de experiência, qualificação, senso de dignidade e valor próprios, auto-realização. A esse respeito veja-se o comentário da líder do único grupo entre os estudados que assume explicitamente sua opção por não manter qualquer vínculo com o estado, nem com parceiros externos à comunidade: “Participar é ele saber que ele é um agente transformador e não um espectador, que está esperando que venha um político, venha alguém que transforme isso aí. Não, ele vai trabalhar para isso. Podem essas coisas acontecerem, mas ele é que vai fazer ... Que a gente consiga, por nossos próprios meios, pequenos, poucos, mas a gente consiga transformar alguma coisa ... e não fique esperando que os outros façam pra gente”;
- (iv) o suporte de uns grupos a outros, participando de ou apoiando suas atividades é outro fruto/indicador do impacto da participação.

Os indicadores referidos não ocultam um mal-estar dos ativistas diante das vicissitudes da participação e das cisões entre as lideranças das comunidades locais. Muitos beneficiários ou moradores das áreas estudadas teriam uma leitura parcial da participação, restrita a comparecer a uma reunião, mas não falar, não discutir, não propor nada. Outros limitam-se a delegar a função de representá-los e fazer por eles aos líderes, em todos os níveis, assumindo uma postura de passividade. No máximo, as pessoas se juntam, escolhem um líder e esperam ou cobram que ele encaminhe e realize, sem que elas participem. Por outro lado, há uma tendência da liderança a pretender ter todas as respostas, estimulando, assim, que as pessoas transfiram sua iniciativa para o líder. Se este é bom, capaz, então deixa-se que ele faça, decida. Na fala de um painalista do Cabo:

essa idéia de provocar o povo à participação é uma das coisas mais penosas, porque o povo tá acostumado com senador biônico, governador biônico (...). [Há também] muita gente que quer que se faça por elas, mas não querem se juntar para fazer. 'Vamos fazer pra mim', querem tudo pronto. Esperando que a igreja faça alguma coisa por eles, o SERTA faça alguma coisa, o Lar São Lázaro..., mas eles não estão dispostos a se juntar para fazer por eles e por um grupo.

Outro painelistas destacou a necessidade de buscar metodologias que induzam e assegurem a participação, pois, “se a necessidade e o interesse não partir do povo, mas do líder, não anda”. Mas esta visão é questionada por uma interlocutora, que acha que não se deve ser “purista”: “há coisas que não podem ser pedidas ou esperadas da população. Há espaços onde ela não vai entender o que se passa ali”. É ainda necessário evitar que o interesse de um pequeno grupo se imponha sobre os demais. E, em terceiro lugar, é preciso notar que quando as pessoas têm consciência do que querem e para onde ir, isto dá um peso muito grande à reivindicação. Assim, evitando-se induzir a uma participação da qual as pessoas não tenham consciência, pode-se efetivamente fazê-las ir exercendo a sua cidadania.

Em relação à fragmentação do campo das lideranças, uma líder em Chão de Estrelas observou que cada grupo na comunidade atua em sua própria faixa, resguardando-se dos demais. Mesmo quando alguns atuam de forma articulada, não há integração, mas uma convergência instrumental. Há muita desconfiança mútua e às vezes se recusa participação em algo promovido por uma pessoa ou entidade para não lhe conceder gratuitamente visibilidade ou vantagens pessoais.

4. Observações finais

O espaço da participação local se ampliou sensivelmente nas últimas décadas – tendo-se reforçado em contextos onde já havia uma tradição de lutas populares. Não se trata de um processo linear e ascendente. Há muitas oscilações, que dizem respeito à conjuntura política nacional e internacional, às variações na relação entre poder local e comunidades/

atores sociais (seja por mudanças de prefeito e/ou governador, seja pela trajetória das relações entre estado e sociedade nos últimos anos atingir de forma diferenciada as regiões e localidades brasileiras). A direção para a qual aponta este processo – se é que se trata de um único – tampouco é clara e unilateral, notadamente nos últimos cinco anos. Uma crise dos movimentos populares e das organizações da sociedade civil “especializadas” em participação e mobilização e uma notável redefinição nos padrões de interação entre estado, mercado e sociedade civil, têm desencadeado respostas e gerado práticas novas – ou a adaptação de práticas já conhecidas, como a filantropia – que tanto apontam para uma subordinação da sociedade e do estado aos ditames de uma certa representação do mercado, como também apontam para uma maior inserção da sociedade numa série de espaços antes restritos às lógicas estatal ou do mercado.

O que procuramos chamar a atenção neste texto foi para a reconfiguração do ator coletivo que vem prevalecendo no contexto dessas mudanças e os desafios que a nova situação tem colocado para as concepções oriundas das lutas pela redemocratização relativas à participação social, à responsabilização do estado (especialmente no que se refere ao passivo social do processo brasileiro de desenvolvimento) e à relação entre governo, organizações não-estatais e práticas de mercado. Há um espaço híbrido da cidadania e da participação que emerge neste processo, com destino ainda incerto. Há atores crescentemente plurais, tanto no sentido de que atuam articuladamente com outros (nem sempre companheiros de longas datas, nem por muito tempo), como no sentido de que cada ator se reconhece cada vez mais heterogêneo internamente, poroso às influências externas. Isto certamente fragiliza a ação coletiva em relação a alguns de seus aspectos – a torna mais volátil, mais oscilante, exige maior versatilidade dos atores, põe uma enorme carga sobre as ações referentes à identificação de parcerias (políticas e financeiras) e à adequação dos objetivos às oportunidades, como também dificulta a identificação de adversários e obstáculos “de longo prazo”. Por outro lado, intensifica a dinâmica das lutas sociais, descortina novas formas de ação, novas demandas e temáticas para os atores locais e reforça a interação entre atores sociais e estado de forma a aumentar as expectativas mútuas de responsabilização e eficiência gerencial e política no enfrentamento dos problemas sociais.

A experiência da cidadania experimenta hoje uma extensão que

ao mesmo tempo representa um sucesso do vocabulário a ela associado como código da participação e das demandas por eficiência na gestão estatal e por justiça social, e uma superficialização do seu sentido, dada a multiplicidade de situações e significados em que é encontrada. Há uma tendência a redescrever a cidadania como serviço e consumo que introduz tensões com o veio mais participacionista do vocabulário mais clássico. As tentativas de descrever a segunda em termos compatíveis com a primeira às vezes parecem sucumbir, subordinando antes a segunda à lógica da primeira. Associando-se isto à questão do múltiplo pertencimento, se cidadania parece ser uma reivindicação e uma forma de identificação compatível com a pluralidade (de pensar, de agir, de fazer), por outro lado, a cidadania de serviços contribui para multiplicar e – em certos casos – realmente fragmentar a ação coletiva, gerando repetições, superposições e competição ali onde a urgência dos problemas, a fragilidade dos agentes ou o tamanho dos adversários recomendariam uma estratégia de articulação e “racionalização” muito mais intensas e negociadas do que até aqui tem sido possível fazer.

Referências Bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo. 1995. Cultura política, atores sociais e democratização, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 10, no. 28, junho.
- BURITY, Joanildo A. 1994a. *Radical religion and the constitution of new political actors in Brazil: the experience of the 1980s*. Tese de doutorado em Ciência Política defendida na Universidade de Essex. Colchester: Inglaterra, mimeo.
- _____. 1998. *Cultura política democrática e atores religiosos*. Relatório de pesquisa. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, mimeo.
- _____. 1999a. “Caminhos sem fim – caminho do fim? Movimentos sociais e democracia”. FONTES, Breno A. S. M. (org.). *Movimentos Sociais: produção e reprodução do sentido*. Recife: UFPE
- _____. 1999b. Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e Estado, *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 15, n. 2, julho-dezembro
- _____. 2000. *Cidadãos, Consumidores, Militantes e Fiéis: pertencimento e democracia*. Relatório de Pesquisa. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, mimeo.
- CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter (coords.). 2000. *Estratégias locais para a redução da pobreza: construindo a cidadania*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas
- CANCLINI, Néstor García. 1995. *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ
- COHEN, Jean L. 1985. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements, *Social Research*, v. 52, n. 4
- COLEMAN, J. 1990. *Foundations of social theory*. Cambridge: Mass., Harvard University
- DAGNINO, Evelina. 1994. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”, In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense
- DIAMOND, Larry. 1999. “Political culture”, *Developing democracy: in quest of consolidation*. Baltimore: Johns Hopkins University
- FERNANDES, Rubem César. 1994. *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. 1999. "Redes de movimentos sociais: um estudo dos movimentos de bairro da zona norte do Recife". In: _____. *Movimentos sociais: motivação, representação e produção de sentido*. Recife: UPFE

_____. 2000. *Gestão pública não-estatal*. Gestão pública, poder local e cidadania: das ações públicas estatais às novas formas de solidariedade. Relatório de Pesquisa. Recife: UFPE, fevereiro, mimeo.

GARTON, Laura; HAYTHORNTHWAITE, Caroline; WELLMAN, Barry. 1997. Studying online social networks, *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 3, n. 1, Junho, <http://jcmc.msc.huji.ac.il/vol3/issue1/garton.html>.

GOHN, Maria da Glória. 1997. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

GRAZIOLI, Giovanni; LODI, Marco. 1984. "La mobilitazione collettiva negli anni Ottanta: Tra condizione e convinzione", A. Melucci (ed.). *Altri Codici*. Aree di movimento nella metropoli. Bologna: Il Mulino.

GREELEY, Andrew. 1997a. Religious structures as a source of social capital. *The American Behavioral Scientist*, v. 40, n.2, março-abril, <http://proquest.umi.com/pqdweb>.

_____. 1997b. The other civic American: religion and social capital, *The American Prospect*, n. 32, maio-junho, <http://epn.org/prospect/32/32greefs.html>.

HUNTINGTON, Samuel P. 1994. *A terceira onda*. A democratização no final do século XX. São Paulo: Ática.

KRISCHKE, Paulo José. 1995. "Atores sociais e consolidação democrática na América Latina: estratégias, identidades e cultura cívica". In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Florianópolis; Cortez: UFSC.

LACLAU, Ernesto. 1996c The death and resurrection of the theory of ideology, *Journal of Political Ideologies*, v. 1, n. 3.

_____; MOUFFE, 1989. *Hegemony & Socialist Strategy*. Towards a radical democratic politics. London, Verso.

LAITIN, David D. 1995. The civic culture at 30, *American Political Science Review*, v. 89, n. 1, março.

LOPES, Sonia Aguiar. 1995. Potencialidades do uso das redes na organização da sociedade civil: a experiência das entidades filiadas ao AlterNex. *Anais do Seminário Preparatório sobre Aspectos Sócio-Culturais da Internet no Brasil*. Rio de Janeiro, LNCC, 28-29 de Agosto, <http://www.alternex.com.br/~esocius/t-sonia.html>

MELUCCI, 1980. The new social movements: a theoretical approach, *Social Science Information*, v. 19, n. 2.

_____. 1984. "Alla ricerca dell'azione", A. Melucci (ed.). *Altri Codici*. Aree di movimento nella metropoli. Bologna, Il Mulino.

_____. 1989. *Nomads of the present*. Social movements and individual needs in contemporary societies. London, Hutchinson Radius.

_____. 1996. *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge/New York/Melbourne, Cambridge University.

MISCHE, Aun; WHITE, Harrison. 1998. Between conversation and situation: Public switching dynamics across network domains, *Social Research*, v. 63, n. 3, <http://proquest.umi.edu/pqdweb>.

MOISÉS, José Álvaro. 1995. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática.

PUTNAM, Robert. 1993. The prosperous community: social capital and public life, *The American Prospect*, nº. 13, primavera, <http://epn.org/prospect/13/13putn.html>.

_____. 1995. Bowling Alone: America's declining social capital, *Journal of Democracy*, v. 6, n. 1, janeiro.

SHERER-WARREN, Ilse. 1993. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

_____. 1998. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes, *Sociedade & Estado*, v. XIII, n. 1, janeiro-julho.

TELLES, Vera Silva. 1994a. "Sociedade civil e a construção de espaços públicos". In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense

TOURAINÉ, 1977. *The self-production of society*. Chicago: Chicago University.

WELLMAN, Barry. 1988. "Thinking structurally", Wellman, Barry e Berkowitz, S. D. (eds.). *Social structures: a network approach*. Cambridge: Cambridge University.

_____. 1998. "The network community": an introduction to *Networks in the global village*. <http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/in/in.htm#one>.

